



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
Direcção Nacional de Gestão da Dívida



FLASH INFORMATIVO

Situação da Dívida Pública Junho de 2025



Ficha Técnica

Coordenação:

Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública

Periodicidade:

Mensal, Edição n.º 1

Data de Publicação:

Agosto de 2025

Endereço:

Ministério das Finanças

Direcção Nacional de Gestão da Dívida Pública

Av. Julius Nyerere, N.º CP 272

Maputo — Moçambique

Tel: + 21481600

© Esta publicação pode ser utilizada, total ou parcialmente, para fins informativos e educativos, desde que seja atribuída a devida autoria ao Ministério das Finanças de Moçambique – Direcção Nacional de Gestão da Dívida.

Introdução

Entre 2020 e 2024, Moçambique registou uma recuperação económica progressiva e um reforço da disciplina fiscal, após os efeitos adversos da pandemia da COVID-19, fenómenos climáticos extremos e instabilidade no norte do país. Até 2023, o país alcançou um crescimento real do PIB de 5,0% e um superávit primário de 0,1% do PIB, reflectindo o compromisso com a estabilidade macroeconómica. Embora 2024 tenha sido marcado por uma desaceleração do crescimento para 2,2% e um saldo primário deficitário de -0,1% do PIB, como resultado da crise pós-eleitoral no último trimestre naquele ano, manteve-se a estabilidade da inflação e da taxa de câmbio, sinalizando uma política monetária eficaz e controlada.

Paralelamente, apesar do aumento nominal do stock da dívida, observou-se uma redução significativa da sua proporção face ao PIB,

passando de 97,1% em 2020 para 74,2% em 2024. Esta melhoria na sustentabilidade da dívida decorre da priorização de financiamentos concessionais e da implementação de operações de gestão de passivos como os leilões de troca e a migração para o novo sistema, MERIDIAN. Adicionalmente, as reformas estruturantes em curso, como a revisão do regime jurídico das Obrigações do Tesouro, reforçam a capacidade do país de manter a consolidação fiscal e enfrentar os desafios económicos com maior previsibilidade e resiliência.

Até Junho de 2025, os rácios de solvência mantiveram trajetória descendente, com o VPD/EXP a situar-se em 88,7%, bem abaixo do limite prudencial de 140%, e as taxas de juro de OT's e BT's em queda sustentada, sinalizando maior confiança do mercado e condições de financiamento mais competitivas.

Índice

CONTEXTO MACROFISCAL	6
SITUAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	8
ACORDOS ASSINADOS	11
TAXA DE JURO - MERCADO DE CAPITAIS	12
DEMANDA POR TÍTULOS - MERCADO DE CAPITAIS	14
SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO	15
MEDIDAS DE REFORMAS E PERSPECTIVAS	16



Trajectória de Recuperação Económica

Entre 2020 e 2024, Moçambique registou uma trajectória de recuperação económica gradual, após a recessão de 2020, quando o PIB real contraiu -1,3% devido ao impacto combinado da pandemia da COVID-19, choques climáticos e tensões de segurança no norte do país. Nos anos subsequentes, o país evidenciou sinais de retoma económica, com o crescimento real do PIB a atingir 5,0% em 2023, o mais elevado do período, impulsionado pelo início da exploração do gás natural liquefeito (GNL) e pela recuperação dos sectores agrícola e mineiro. No entanto, em 2024, o crescimento abrandou para 2,2%, reflectindo o ambiente interno de incerteza, face a crise pós-eleitoral no último trimestre do ano, e uma conjuntura externa menos favorável.

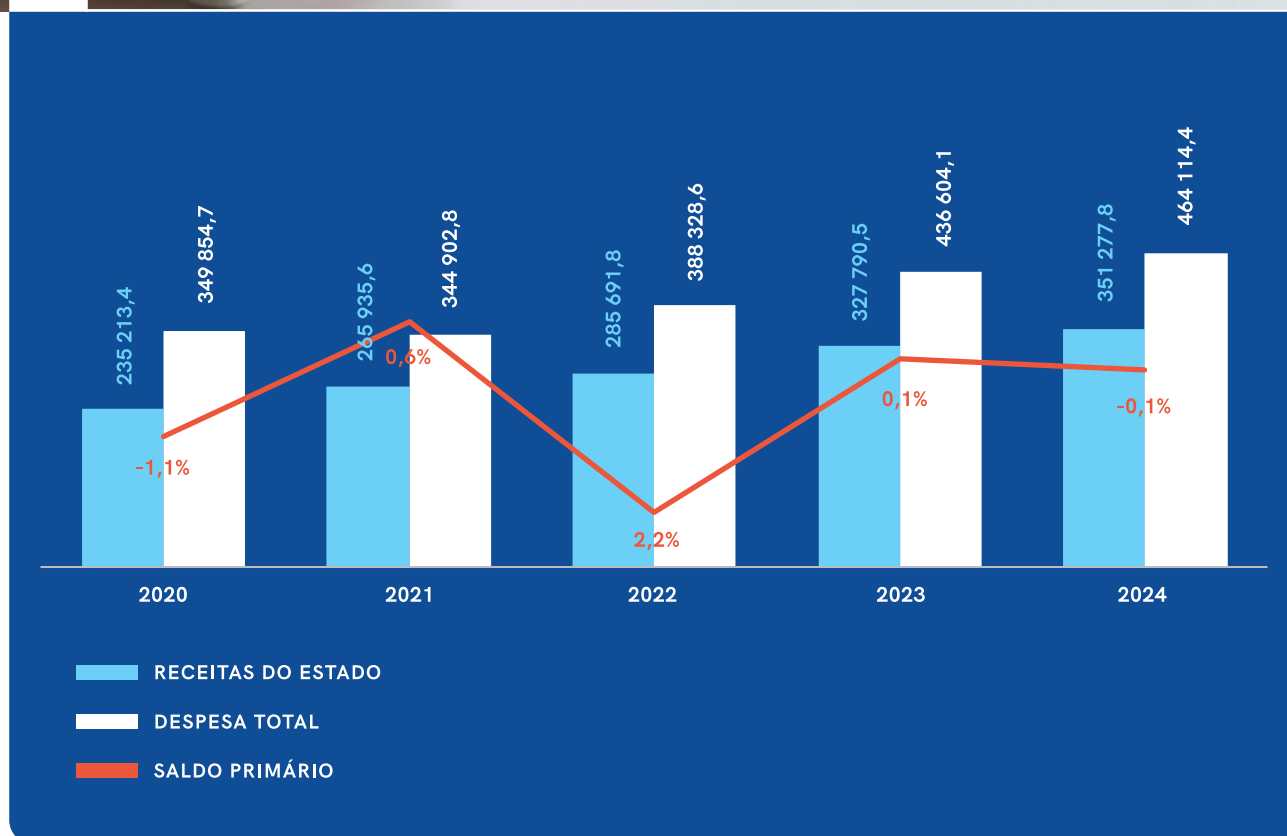
No que respeita à inflação, o país enfrentou um pico em 2022, com uma média anual de 10,3%, resultado da subida dos preços globais da energia e dos alimentos, num

contexto pós-pandemia e de instabilidade internacional. Todavia, as autoridades conseguiram reduzir a inflação nos anos seguintes, situando-se em 3,2% em 2024, sinalizando a eficácia das medidas de política monetária. A taxa de câmbio manteve-se estável entre 2022 e 2024, fixando-se em torno dos 63,9 MZN/USD, traduzindo maior resiliência cambial e relativa confiança dos mercados.

Entre 2020 e 2024, Moçambique registou uma trajectória de consolidação fiscal, destacando-se avanços significativos na arrecadação de receitas e no controlo da despesa, culminando num superávit primário de 0,1% do PIB em 2023, sinalizando uma disciplina fiscal e compromisso com o equilíbrio fiscal. Em 2024, porém, o saldo primário voltou a ser deficitário (-0,1% do PIB), em resultado de um crescimento mais acelerado da despesa total face ao ritmo de crescimento das receitas.



VARIÁVEIS FISCAIS (MILHÕES DE MZN)



Fonte: CGE 2020-2023 e BdPESOE 2024.

VARIÁVEIS MACROECONÓMICAS	2020	2021	2022	2023	2024
PIB NOMINAL (MILHÕES DE MZN)	974 649,3	1 032 825,4	1 175 291,8	1 317 619,6	1 453 541,0
CRESCIMENTO REAL DO PIB (%)	-1,3	2,3	4,4	5,0	2,2
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (%)	3,1	6,4	10,3	7,1	3,2
TAXA DE CÂMBIO MÉDIA ANUAL (MZN/USD)	69,5	65,5	63,9	63,9	63,9

Fonte: INE e Banco de Moçambique.

Melhoria da Trajectória e Sustentabilidade da Dívida Pública

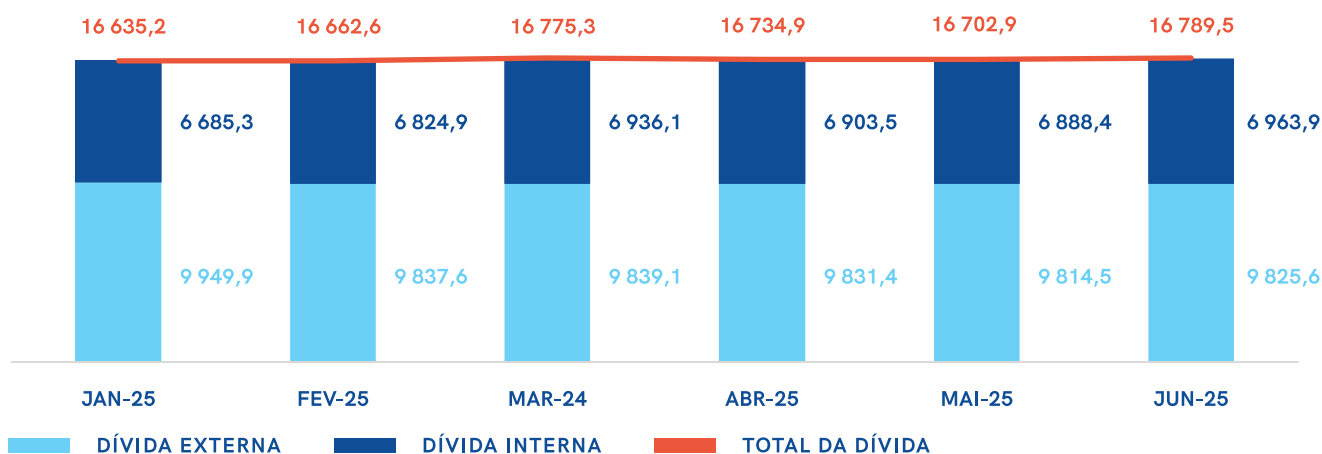
Entre Maio e Junho de 2025, o stock da dívida pública total registou um aumento de 86,6 milhões de USD (0,5%), passando de 16.702,9 milhões para 16.789,5 milhões de USD.

A variação reflecte um aumento de 11,1 milhões de USD na dívida externa (0,11%), que passou de 9.814,5 milhões para 9.825,6 milhões de USD, e um aumento de 75,5 milhões de USD na dívida interna (1,1%), que cresceu de 6.888,4 milhões para 6.963,9 milhões de USD no mesmo período.

Em termos nominais, a componente externa continuou a representar a maior proporção (59%) do stock da dívida pública, embora se tenha verificado um ligeiro acréscimo na dívida interna ao longo do trimestre.

Dívida mantém trajetória moderada, com predominância de crédito externo em condições concessionais.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA (MILHÕES DE USD)



Entre 2023 e 2024, os indicadores de sustentabilidade da dívida pública externa revelam uma maior pressão sobre a despesa pública, com agravamento dos rácios do serviço da dívida face às exportações e às receitas, ambos acima dos limites prudenciais. Apesar de ligeiras melhorias nos rácios de solvência (VPD/PIB e VPD/EXP), o esforço fiscal aumentou. Face a este cenário, o Estado mantém a medida de financiamento de programas e projectos públicos através

de donativos e de créditos altamente concessionais, com restrição na contratação de créditos comerciais.

Melhoria dos rácios de solvência aproxima a meta de reforço da sustentabilidade da dívida, contribuindo para uma trajetória mais alinhada com os parâmetros prudenciais.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA	LIMITES %	2020	2021	2022	2023	2024	Δ % 23-24
VPD/PIB	30%	55,4%	46,5%	41,0%	35,5%	33,1%	-6,8%
VPD/EXP	140%	216,6%	133,5%	121,8%	90,9%	88,7%	-2,4%
SD/EXP	10%	13,2%	7,3%	10,0%	8,0%	10,4%	30,0%
SD/REC	14%	12,2%	9,1%	16,0%	12,6%	15,8%	25,4%

Fonte: DPED-MF.

Entre Maio e Junho de 2025, o stock da dívida pública externa registou um ligeiro aumento de 0,1%, passando de 9.814,5 milhões para 9.825,6 milhões de USD. Esta variação reflecte a conjugação entre o cumprimento do serviço da dívida e os desembolsos efectuados por credores multilaterais, no âmbito do compromisso do Governo em priorizar a contratação de dívida à condições altamente concessionais.

A estrutura da dívida externa manteve-se

estável, com predominância do crédito multilateral, que representava 56,1% do total em Junho, seguido do crédito bilateral (34,8%) e dos títulos MOZAM 2032 (9,1%), cujo stock permaneceu inalterado ao longo do período em análise.

Estrutura da dívida externa mantém-se sólida, com reforço moderado de apoio multilateral.

DÍVIDA EXTERNA (MILHÕES DE USD)	JAN-25	FEV-25	MAR-25	ABR-25	MAI-25	JUN-25	% TOTAL JUN	VAR.
Multilateral	5 504,1	5 483,6	5 479,7	5 471,4	5 461,9	5 512,5	55,7%	0,9%
Bilateral	3 548,73	3 456,9	3 462,4	3 463,0	3 455,6	3 416,0	35,2%	-1,1%
MOZAM 2032	897,1	897,1	897,1	897,1	897,1	897,1	9,1%	0,0%
TOTAL	9 949,9	9 837,6	9 839,1	9 831,4	9 814,5	9 825,6	100,0%	0,1%

Fonte: DRSD-MF.

No mesmo período, o stock da dívida pública interna registou um acréscimo de 1,1%, passando de 440.169,05 milhões para 444.994,55 milhões de meticais. Esta variação resulta do aumento das posições junto ao Banco Central, ao abrigo da Facilidade de Crédito (artigo 18), cujo montante aumentou em 8.000 milhões de meticais (+9,1%) no mesmo período.

As Obrigações do Tesouro mantêm-se como o principal instrumento da dívida interna, representando 38,8% do total em

Junho, seguidas dos Bilhetes do Tesouro (34,8%), que registaram reduções de 1,2% e 0,7%, respectivamente, face ao mês anterior. As posições relativas ao financiamento bancário não registaram alterações, mantendo-se em 22.903,12 milhões de meticais.

Dívida interna mais estável, sem pressões de rolagem de Bilhetes de Tesouro.

DÍVIDA INTERNA (MILHÕES DE MZN)	JAN-25	FEV-25	MAR-25	APR-25	MAI-25	JUN-25	% TOTAL JUN	VAR.
Obrigações do Tesouro	181 722,13	181 507,58	177 352,94	175 267,76	174 680,88	172 620,85	38,8%	-1,2%
Financiamento ao Orçamento do Estado	167 301,58	167 301,58	159 402,73	157 317,55	156 730,66	154 670,64	34,8%	-1,3%
Reestruturação e Consolidação	14 420,55	14 206,01	17 950,21	17 950,21	17 950,21	17 950,21	4,0%	0,0%
Bilhetes de Tesouro	135 595,18	142 595,18	150 910,19	150 910,19	150 532,65	149 418,17	33,6%	-0,7%
Outros c)	109 874,81	112 010,04	114 955,52	114 955,52	114 955,52	122 955,52	27,6%	7,0%
Banco Central a)	82 864,48	85 164,48	88 164,48	88 164,48	88 164,48	96 164,48	21,6%	9,1%
Reestruturação e Consolidação	3 940,31	3 887,92	3 887,92	3 887,92	3 887,92	3 887,92	0,9%	0,0%
Financiamento Bancário	23 070,02	22 957,64	22 903,12	22 903,12	22 903,12	22 903,12	5,1%	0,0%
TOTAL	427 192,12	436 112,80	443 218,66	441 133,48	440 169,05	444 994,55	100,0%	1,1%

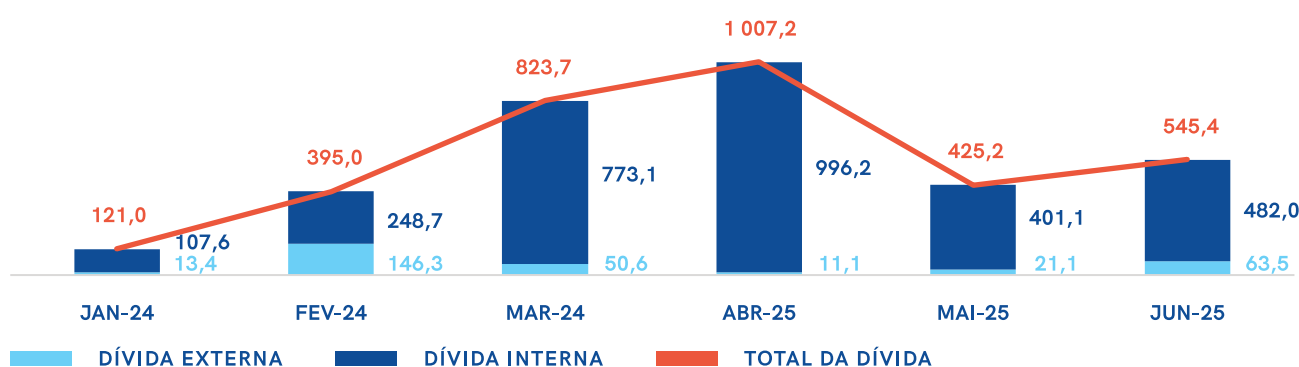
Fonte: DRSD-MF.

Em Junho de 2025, o serviço da dívida totalizou 545,4 milhões de USD, o que representa um aumento de 28,3% face a Maio (425,2 milhões de USD). Este acréscimo resultou tanto do aumento do serviço da dívida externa, que passou de 24,1 para

63,5 milhões de USD (163,5%), como do crescimento do serviço da dívida interna, que aumentou de 401,1 para 482,0 milhões de USD (20,2%). A dívida interna manteve-se como a principal componente do serviço da dívida no mês em análise.

SERVIÇO DA DÍVIDA (MILHÕES DE USD)	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
Dívida Externa	Capital	10,84	117,75	7,41	9,09	53,50
	Juros	2,60	28,52	43,21	1,96	9,96
	Total	13,44	146,27	50,62	11,05	63,46
Dívida Interna	Capital	94,73	205,80	673,76	276,64	413,84
	Juros	12,88	42,90	99,32	71,95	68,13
	Total	107,61	248,70	773,08	348,59	481,98

Fonte: DRSD-MF.



Fonte: DRSD-MF.

Os leilões de troca realizados em Março e Maio de 2025 aliviaram a pressão do serviço da dívida, no primeiro semestre, em

8,47 mil milhões de Meticais, alongando prazos e reduzindo riscos.

Financiamento ao Desenvolvimento

Em 2025, o Governo de Moçambique assinou acordos de donativos com parceiros multilaterais. Com o Banco Mundial, foram aprovados sete acordos no montante global de 716,00 milhões de USD, dos quais dois foram assinados no primeiro semestre: 100,00 milhões de USD para ampliar o acesso à energia sustentável e limpa, beneficiando a EDM/FUNAE a nível nacional, e 201,00 milhões de USD para reforçar a preparação e resposta a emergências de saúde, com implementação nas províncias de Maputo, Sofala, Manica, Tete, Zambézia e Nampula.

Com o Banco Africano de Desenvolvimento, foi assinado um acordo de 10,83 milhões de USD para o projeto Segurança Alimentar e Nutricional Resiliente às Alterações Climáticas para Mulheres, Jovens e Pequenos Agricultores (CREFONS), beneficiando o MAAP.

O projeto visa apoiar o Governo de Moçambique no aumento da segurança alimentar, na resiliência climática e na promoção da inclusão socioeconómica das populações afetadas pelo conflito em Cabo Delgado. Estes acordos reforçam áreas estratégicas como energia, saúde e agricultura, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para a resiliência socioeconómica do país. No mesmo período, não foi assinado nenhum novo acordo de crédito.

Banco Mundial aprova mais de 700 Milhões USD em donativos para sectores estratégicos de saúde, educação, energia renovável, água, infraestruturas e transportes, no primeiro semestre de 2025

DONATIVO 1º SEMESTRE DE 2024

Financiador	Nome do Projecto	Valor em USD	Data de Aprovação	Datas de Assinatura	Tipo de Financiamento	Beneficiário
BANCO MUNDIAL	Acelerar a Transformação do Acesso à Energia Sustentável e Limpa em Moçambique (ASCENT)	100 000 000,00	21/03/25	19/05/25	Donativo	EDM/FUNAE
	Preparação, Resposta e Resiliência a Emergência de Saúde em Moçambique	201 000 000,00	11/06/25	25/06/25	Donativo	MISAU
	Operação de Revitalização dos Serviços de Saúde Distritais e Comunitários	8 700 000,00	06/06/25	06/07/25	Donativo	MISAU
	Segurança Hídrica Urbana	143 000 000,00	17/06/25	-	Donativo	MOPHRH
	Desenvolvimento Urbano do Norte de Moçambique	40 000 000,00	19/06/25	16/07/25	Donativo	MOPHRH/FFH
	Projecto Integrado de Desenvolvimento Humano de Moçambique	100 000 000,00	20/06/25	-	Donativo	MEC
	Corredores de Transporte para a Resiliência Económica Moçambicana	123 300 000,00	23/06/25	-	Donativo	MTL
Total Geral		716 000 000,00				



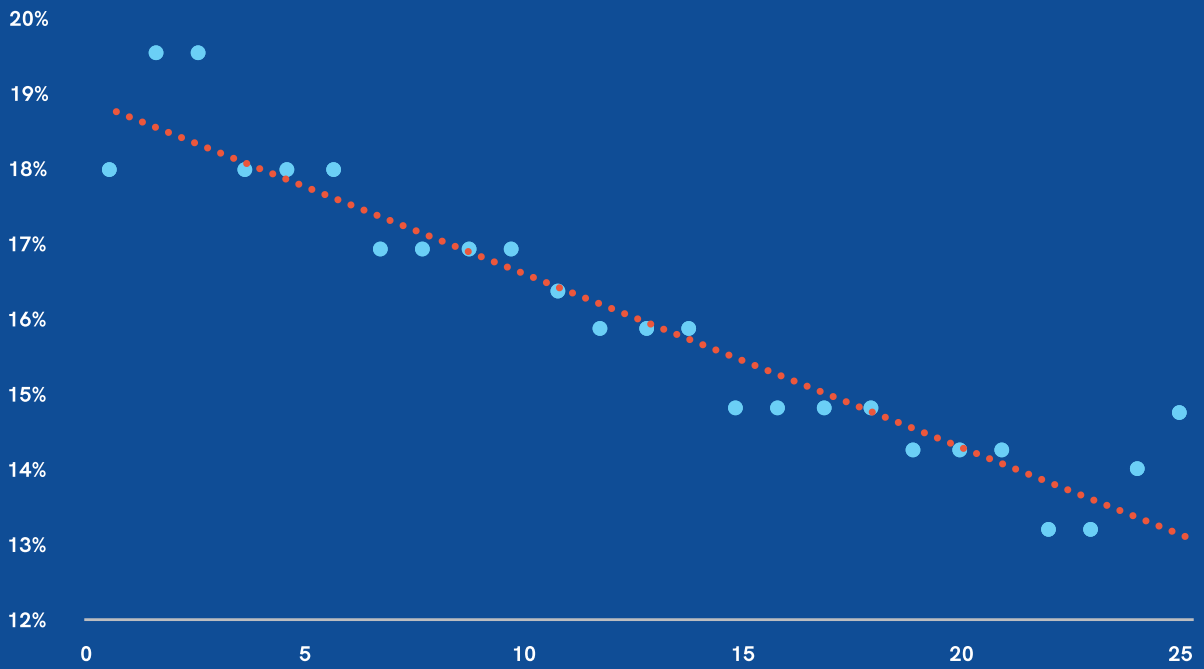
Redução do Custo de Endividamento no Mercado de Capitais

De Janeiro de 2024 até Junho de 2025, as taxas de juro atribuídas nos leilões de OT's e BT's têm registado uma trajectória descendente, reflectindo melhores condições de financiamento e maior confiança do mercado. As OT's passaram de 18,0% para 14,95% (média de 16,1%) e os BT's de 18,4% para 13,0% (média de 14,9%). Esta evolução contribuiu para a redução do custo da dívida e reforço da consolidação fiscal.

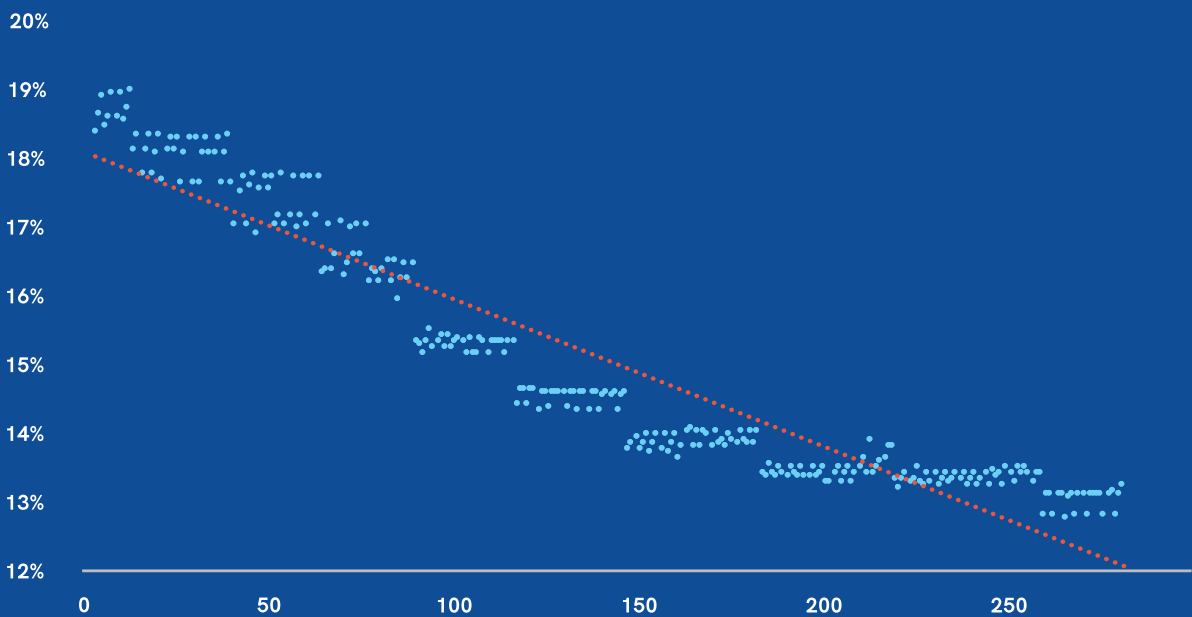
Tendência decrescente das taxas de juro em Obrigações de Tesouro (OT's) e Bilhetes de Tesouro (BT's) reforça confiança do mercado e contribui para a redução do custo da dívida pública moçambicana.



OBRIGAÇÕES DE TESOURO, 2024 À JUNHO DE 2025



BILHETES DE TESOURO, 2024 À JUNHO DE 2025



Fonte: DPED-MF (Dados do BVM e Banco de Moçambique).

Demanda por Títulos

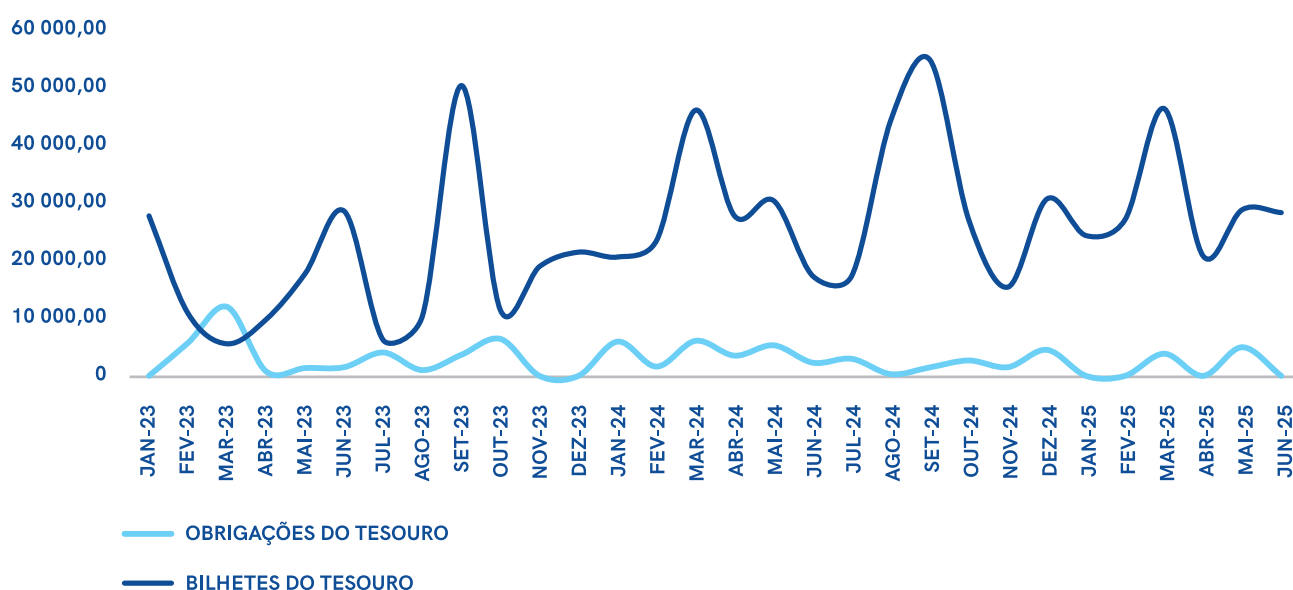
Mercado de Capitais

Desde 2023 até ao momento, o mercado demonstrou uma preferência sustentada pelos Bilhetes do Tesouro (BT's) em detrimento das Obrigações do Tesouro (OT's), reflexo da sua elevada liquidez, curta maturidade e menor exposição ao risco de taxa de juro. Esta concentração no financiamento de curto prazo, embora eficaz para satisfazer necessidades imediatas de tesouraria, tem implicações relevantes para a sustentabilidade da dívida, nomeadamente o aumento do risco de refinanciamento, a maior vulnerabilidade a flu-

tuações de mercado e o condicionamento ao desenvolvimento de uma curva de rendimentos que favoreça o investimento de médio e longo prazos.

A preferência dos investidores pelo financiamento de curto prazo através de BT's aumenta a liquidez imediata do Tesouro, mas eleva o risco de refinanciamento e a sensibilidade às condições do mercado.

TENDÊNCIA DE DEMANDA POR TÍTULOS PÚBLICOS



Fonte: DPED-MF (Dados do BVM e Banco de Moçambique).

Sector Empresarial do Estado

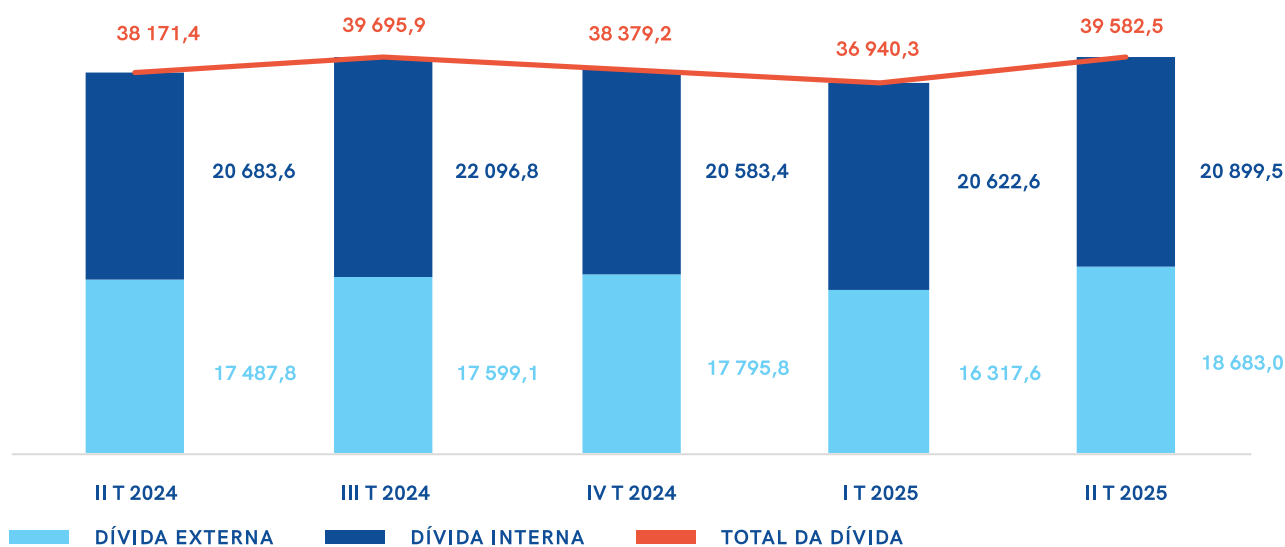
No segundo trimestre de 2025, o stock total da dívida directa do Sector Empresarial do Estado (SEE) cresceu 7,2% face ao trimestre anterior, passando de 36.940,3 milhões de meticais para 39.582,5 milhões de meticais (aproximadamente 619,4 milhões de dólares).

O aumento foi impulsionado, sobretudo, pela dívida externa, que registou um acréscimo de 2.365,3 milhões de meticais (14,5%), reflectindo, em grande medida, a contratação de um novo financiamento pelos CFM no valor de cerca de 36 milhões de dólares.

Além dos CFM, outras empresas públicas, como a ADM, EDM e TMCEL, também contribuíram para a expansão do stock externo, seja pela mobilização de novos recursos, seja pela reclassificação de passivos.

Novo crédito aos CFM garante a implementação da segunda fase de expansão da linha Maputo-Res-sano Garcia, no segundo trimestre de 2025.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DIRECTA DO SEE (MILHÕES DE MZN)



Fonte: IGEPE.

Perspectivas para a Melhoria do Perfil da Dívida Pública a Médio Prazo

Em 2024, a gestão da dívida pública registou avanços significativos com a implementação de reformas estruturantes. No âmbito da dívida interna, destacou-se a introdução do leilão de troca ao abrigo do Diploma Ministerial n.º 87/2024, uma das medidas de reformas recomendadas pela Estratégia de Gestão da Dívida a Médio Prazo 2022-2025, sendo uma das operações de gestão de passivos implementadas para melhorar o perfil da dívida pública. Foram realizados, durante o primeiro semestre de 2025, dois leilões de troca de Obrigações do Tesouro. O primeiro teve lugar em Março, envolven-

do a OT-2021-S3, com um valor nominal de 5.200.109.000 Meticais e um nível de procura de 71,0 %. O segundo ocorreu em Maio, relativo à série OT-2020-S6, com um valor de 6.130.844.000 Meticais e um nível de procura de 77,89 %. A tabela abaixo apresenta a previsão de leilões de troca para o segundo semestre de 2025.

Leilões de Troca Reduzem Pressão de Tesouraria do Estado e Reforçam a Gestão da Dívida no 1.º Semestre de 2025

EMIÇÃO	DATA DE FIM DE CONTAGEM	ANO	MONTANTE DE AMORTIZAÇÃO (MZN)
OT-2022-S8	08/09/25	2025	4 119 818 800,00
OT-2022-S9	21/09/25	2025	6 709 667 300,00
TOTAL			10 829 486 100,00

Fonte: DEMP-MF

Inserido nesse conjunto de medidas, destaca-se a revisão, na fase final, do Decreto n.º 5/2013, de 22 de Março, com vista a modernizar o regime jurídico das Obrigações do Tesouro, com vista a ampliar a base de investidores institucionais domésticos, atrair novos investidores, promover o desenvolvimento do mercado de capitais interno e introduzir instrumentos inovadores, alinhadas com padrões internacionais.

Na dívida externa, concluiu-se a elaboração do Manual de Procedimentos da Dívida Pública com apoio do MEFMI, reforçando os mecanismos de controlo e a padronização de processos. Em paralelo,

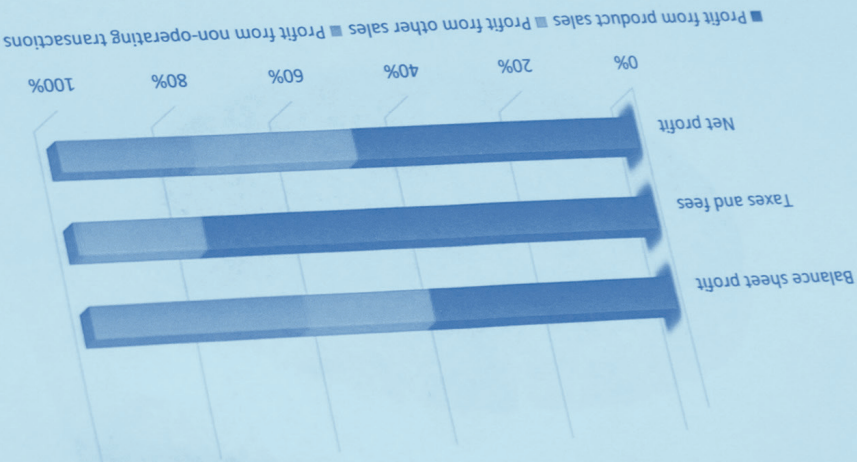
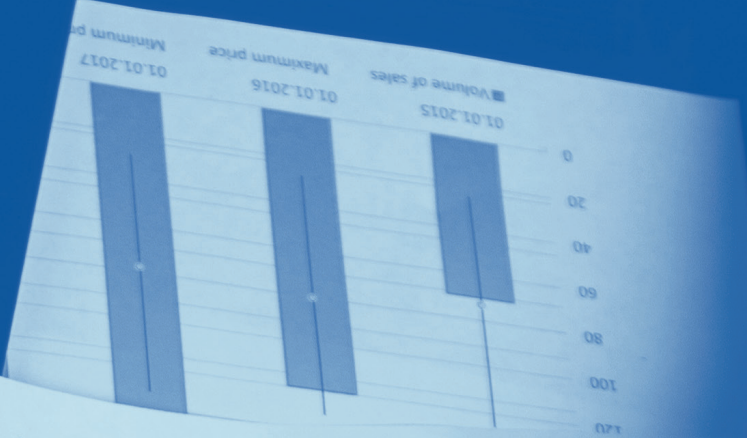
avançou-se na modernização tecnológica com a implementação do sistema MERIDIAN, desenvolvido pela Commonwealth, visando maior precisão, eficiência e transparência na gestão da dívida.

A dívida externa do Governo Central já se encontra integralmente registada e reconciliada no sistema, que passou a ser a ferramenta oficial de reporte estatístico e, em relação à dívida interna, mais de 75% do stock já foi inserido. As próximas etapas centram-se na conclusão do registo dos restantes instrumentos da dívida interna, bem como no estabelecimento de mecanismos de integração e monitoriza-

ção contínua dos dados. Está igualmente em implementação a Sala de Monitoria de Mercados e em fase de conclusão a Estratégia de Médio Prazo da Dívida Pública 2025-2029, a submeter ao Conselho de Ministros.

Revisão do Decreto n.º 5/2013 abre portas para participação de famílias, cidadãos na diáspora e novos investidores no mercado de títulos do Tesouro.





APOIO:

